

# **INQUIETAÇÕES SOBRE A PEQUENA PRODUÇÃO FRENTE A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: O EXEMPLO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.**

**Vanice Santiago Fragoso Selva \***

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho constitui parte das preocupações que se tem na tese de doutoramento, desenvolvida no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, referente à problemática do pequeno produtor agrícola do Semi-Árido do Nordeste do Brasil. Busca-se apresentar algumas considerações formuladas sobre como e em que condições se mantém o pequeno produtor diante do processo de modernização da agricultura brasileira.

As considerações formuladas estão diretamente atreladas aos impactos sociais gerados pelo processo de modernização da agricultura como uma variável da expansão do capitalismo que se deu sob duas vertentes: especialização de áreas (Kautzky, 1980) e diferenciação social (Lênin, 1985). A especialização definindo e/ou acentuando áreas de monoculturas voltadas para o comércio externo e interno e a diferenciação social, capitalizando alguns pequenos produtores - “novo camponês”-, ao mesmo tempo os subordinando ao capital comercial e à agroindústria.

Portanto, trata-se de apresentar, sem pretensões de esgotar o assunto, inquietações sobre: a) os resultados sociais do processo de expansão do capitalismo no campo, via modernização da agricultura, b) a permanência de antigas questões agrárias e o agravamento da pobreza ; c) o assalariamento temporário; d) as estratégias que o pequeno produtor vem desenvolvendo para se manter no campo.

Cabe ressaltar, que aqui considera-se pequeno produtor o proprietário, o parceiro, o arrendatário, o posseiro, que tem de uma forma ou de outra a posse da terra para mediatizar a produção; utiliza o trabalho familiar; produz diretamente parte dos meios necessários à subsistência - produzindo alimentos para auto consumo ou para venda -; possui a posse dos instrumentos de trabalho ou parte deles (SILVA, 1980, p.3).

Apesar de ainda hoje constituir a grande maioria das unidades produtivas no campo, tanto em termos de área quanto em termos de número, a pequena produção agrícola não tem recebido a atenção merecida no planejamento do desenvolvimento econômico nacional e das, semente de alta produtividade e mecanização) buscando atividades alternativas no interior ou fora do sistema produtivo para se manterem no campo.

A modernização da agricultura que ocorreu no Brasil e na Região Nordeste, se deu de forma tardia em relação aos países desenvolvidos submetendo a agricultura a uma "modernização conservadora" na qual o grande capital se aliou ao latifúndio sob a égide do

---

\* Professora. Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife - Brasil.

Estado, com reflexos hoje na predominância do velho capital comercial sob a moderno capital financeiro, reproduzindo formas arcaicas de relações de trabalho. As antigas questões agrárias permanecem até hoje como a renda da terra, da propriedade territorial produtiva e especulativa, a questão das relações com a agroindústria, com os intermediários, etc., que são questões nacionais, regionais e locais, as quais não foram consideradas, quer em suas especificidades, quer em seus níveis de abrangência, em qualquer tratamento ou execução políticas públicas.

A modernização da agricultura brasileira representou um avanço significativo do crescimento econômico da região Nordeste acelerando e transformando a sua estrutura produtiva com reflexos positivos no crescimento do produto interno bruto com elevadas taxas de crescimento. Mas esse processo de modernização não foi acompanhado de metas sociais que atendessem a população do setor agrícola, no sentido de conviverem com novas formas de produzir, algumas completamente distintas daquela que desenvolviam anteriormente.

A questão da pobreza da pequena produção no Semi Árido relaciona-se com a falta de políticas que contemplem as especificidades dos seus sistemas produtivos, agravada pelas condições naturais de deficiências hídricas e edáficas.

É portanto com base nessas idéias expostas que trazemos à discussão nesse trabalho algumas inquietações que temos em relação à pequena produção agrícola do Nordeste Semi-Árido, quanto ao que ela representa para a região e ao tratamento que lhe vem sendo dispensado pelo poder público nas três últimas décadas, com a adoção do modelo de desenvolvimento.

## **O CENÁRIO SEMI-ÁRIDO**

O clima do semi-árido, singulariza a Região Nordeste em relação as demais regiões do país. Segundo dados oficiais, até o presente momento, a área dimensionada como Trópico Semi-Árido que amolda-se a área do "Polígono das Secas" , é de 788.066, o km<sup>2</sup>, equivalendo a 48% da área total das região, onde estão incluídos 10 18 municípios dos 1560 existentes no Nordeste (NOGUEIRA, 1991). Nessa hinterlândia semi-árida, registram-se totais pluviométricos médios em torno de 450 mm com evidente insuficiência e irregularidade temporal e espacial resultando num balanço hídrico negativo, que associado à estrutura geológica, vai condicionar a ocorrência de solos rasos e litólicos e uma vegetação de caatinga. Dois grandes sistemas produtivos são desenvolvidos nessa área: um representado pela agricultura irrigada e outro pela não irrigada.

No sistema de agricultura irrigada, onde se desenvolvem preferencialmente projetos de irrigação, há uma agricultura intensiva de capital dando-se a subordinação do pequeno produtor à agroindústria e ao capital comercial representado pelo uso de fertilizantes, adubos químicos, energia, instrumentos de irrigação. Atingidos diretamente pelo processo de modernização, o pequeno produtor nessas áreas estão buscando estratégias para se manterem, ora se assalariando, ora migrando, ora associando atividades externas ao setor agrícola, ora arrendando os seus meios e instrumentos de produção, etc.. No sistema de agricultura não irrigada, tanto no cultivo de lavouras permanentes como de lavouras temporárias, há uma

predominância de práticas tradicionais de cultivo, em que o pequeno produtor para se manter no campo, necessita se subordinar ao grande proprietário e/ou buscar atividades complementares ou associadas à atividade agrícola fora ou dentro do sistema produtivo.

Esse quadro caracteriza em linhas gerais o Semi-Árido, aponta para uma situação de acumulação de patologias ambientais - degradação dos recursos, problemas sociais e econômicos, etc.-, as quais merecem ser consideradas em programas e políticas agrícolas destinadas à essa região, pois só considerando estas especificidades é que se pode chegar ao atendimento das necessidades do pequeno produtor e da sua participação no crescimento econômico

## **RESULTADOS ESPACIAIS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA**

Os países subdesenvolvidos tem a característica de se organizarem e se reorganizarem em função de interesses distantes e em escala mundial, mas não são atingidos de modo maciço pelas forças de transformações. O que se verifica é que as forças da modernização impostas do exterior ou do interior são extremamente seletivas, quer em suas formas quer em seus efeitos, o que conseqüentemente vai resultar uma grande instabilidade na organização do espaço com repetidos ajustamentos e desequilíbrios. E assim, na busca de caminhos que os levassem às condições de países desenvolvidos, os chamados países de Terceiro Mundo, a partir dos anos 50, optam por modelos ou estilos de desenvolvimento baseados na planificação espacial, cujo bojo era a criação de espaços capazes de dinamizar e difundir o desenvolvimento via processo de industrialização.

O processo de industrialização do Brasil, capitaneado pela expansão do capital monopolista capital monopolista, significou a "transformação da base natural" em que assentava sua economia. Nesse processo, a agricultura passou por uma modernização (mecanização, utilização de fertilizantes, adubos químicos, variedades de alta produtividade), que em última instância, significou a passagem de uma atividade de apropriação das condições naturais existentes para uma atividade de fabricação dessas mesmas condições quando ausentes" (SILVA, 1981; 126). Esse processo de industrialização, que privilegiou a indústria e o urbano, submeteu a agricultura a uma "modernização conservadora" na qual o grande capital se aliou ao latifúndio sob a égide do Estado.

Entre os anos 60/80 verifica-se a incorporação da agricultura cadeia industrial da economia (comércio, indústria), a enorme participação do Estado no processo de incorporação sem mexer nos interesses privados consolidados (tomando a estrutura fundiária e os interesses sociais organizados como dados) e a interdependência agricultura/ indústria. A partir dos anos 80, se dá um aprofundamento da internacionalização da agricultura nacional através da diversificação e intensificações tecnológicas causando uma verdadeira revolução na organização rural e a formação de complexos agroindustriais.

Na área Semi-Árida, as mudanças ocorridas revelam que a modernização da agricultura foi parcial segundo regiões, produtos e tipos de produtos, concorrendo para um desmantelamento do meio rural. A maioria dos pequenos produtores, com solos exaustos, baixa fertilidade, sem condições para tomar crédito, sementes apropriadas e sem receber orientação técnica apropriada, cujos produtos não contam sequer com o estímulo de altos

preços em virtude da interceptação pelos intermediários, passou a vivenciar uma condição de pobreza distinta da anterior agora gerada pela modernização da agricultura. Outros, cujos produtos produzidos são de subsistência, sem as mínimas condições de serem absorvidos nesse processo, estão à mercê das vicissitudes da vida e "excluídos" das políticas públicas vez que os objetivos destes são predominantemente espaciais e pouco se destinam a metas sociais e econômicas que contemplem a prosperidade do pequeno agricultor descapitalizado.

Desde a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) 1959 ao início da década de 80, a Região Nordeste se caracterizou por dois movimentos contrastantes: por um lado um processo de aceleração e de transformação na sua estrutura produtiva e por outro a manutenção, quando não o agravamento das precárias condições de vida da maioria da população.

Para o período de 60-80, os dados produzidos pela Divisão de Contas Regionais da SUDENE (PESSOA, 1993), mostram o crescimento do produto interno regional a uma taxa média anual idêntica a do Brasil, superior a 7% e processo interno de formação bruta de capital com uma taxa de crescimento dos investimentos de 12% ao ano; na década de 70 o produto regional apresenta uma taxa de cerca de 10% ao ano, bastante superior à média brasileira, portanto de 8,5%.

Acompanhada por esta expansão delinea-se um "Novo Nordeste", com transformações na estrutura econômica, privilegiando a economia urbana, e sobretudo o setor industrial com a expansão do complexo agroindustrial (CAI), impulsionado por poderosos incentivos fiscais e financeiros oferecidos aos grupos econômicos interessados em investir na região: ocorre a modernização das cidades e de muitas atividades rurais e, sobretudo, a integração da região no conjunto constitutivo do novo mercado nacional, consolidado através dos transportes, do comércio, das comunicações e das transferências de capital.

As tão grandes transformações que configuraram o "Novo Nordeste" pouco beneficiaram a população nordestina - notadamente aquela localizada no Semi-Árido sujeita as secas e onde os investimentos foram concentrados em poucas áreas - em que mais da metade dos 12 milhões de trabalhadores que constitui a força de trabalho ocupada no Nordeste em 1980, ainda vive das atividades rurais e em péssimas condições de vida, gerando menos de 20% do produto regional. Cerca de dois terços dessa população são formados por pequenos produtores os quais estão submetidos às mais diferentes formas de exploração, associadas à estrutura fundiária, ao sistema de comercialização, ao acesso de insumos e serviços agrícolas; a manutenção de sua condição de produtores autônomos torna-se cada vez mais difícil, daí resultando o esvaziamento rural, o aumento de trabalhadores "volantes" ou "clandestinos" e o empobrecimento da população rural.

Assiste-se portanto a um processo de mudança na agricultura brasileira, do modo tradicional de produzir e distribuir para o predomínio do modo moderno, do qual grande parte da população rural representada por pequenos produtores descapitalizados, encontram-se a margem. Nesse contexto de mudança, o pequeno produtor que se capitalizou, torna-se um consumidor de insumos e implementos agrícolas.

Exemplos no mais longínquos recantos do domínio Semi-Árido, mostram os impactos gerados pela modernização ocorrida nos últimos trinta anos, acarretando alterações profundas: a) nas relações de trabalho chegando ao ponto do pequeno proprietário “ser ao mesmo tempo um trabalhador do latifúndio” (WANDERLEY, 1980, 13) ou mesmo de outros pequenos proprietários; b) nos sistemas agrícolas, como aponta GRABOIS (1993) no Semi-Árido paraibano, o desenvolvimento da horticultura irrigada do alho às margens dos açudes com a utilização de defensivos agrícolas e adubos químicos, herbicidas e irrigação por aspersão, em substituição a pequena agricultura de vazante; c) no deslocamento de população para as áreas selecionadas pelo capital no próprio campo, para as cidades ou para pequenos ou grandes empreendimentos, mobilidade esta acompanhada por mudanças nas relações de trabalho como é o caso dos perímetros irrigados ao longo do Vale do Rio São Francisco, do Rio Açu no Rio Grande do Norte ou no entorno de açudes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de modernização da agricultura que o Brasil experimentou a partir dos anos 60, traduzido pela incorporação agrária aos atuais padrões industriais, comerciais e financeiros e aos padrões urbanos de vida, tem seu traço mais evidente na exclusão da grande maioria dos produtores que utilizam mão-de-obra familiar, permanecem no campo e compõem os grupos sociais pobres e miseráveis, produto da forma econômica nacionalmente predominante das forças agrárias modernas, ainda que, à primeira vista, apresentam-se como simples herdeiros do modo tradicional de produzir e distribuir.

No geral, a pequena produção não conseguiu integrar-se ao novo padrão agrário, visto que não dispunha de capacidade de resposta à (Muller, 1988): a) expansão e à diversificação suscitadas pelas agroindústrias; b) capacidade de se endividarem junto ao sistema financeiro - pois a posse da terra é a garantia para o financiamento da produção e muito são arrendatários, meeiros, ocupantes, empregados temporários - ; c) capacidade de racionalizar suas linhas produtivas em face da nova estrutura de despesas, pois sua produção de subsistência está baseada numa combinação de práticas que incluem colheita agrícola, criação animal, pesca, caça e trabalhos fora do estabelecimento em tempo parcial, sazonal ou intermitente, enfim baseada mais em intercâmbios ecológicos (influenciados pela busca de solos melhores, defesas nos períodos de seca) do que naqueles econômicos.

O resultado é o quadro de pobreza generalizado entre os pequenos produtores, pois apenas uma pequena parcela conseguiu se capitalizar mas subordinando-se ao capital comercial. Há uma tendência geral à proletarização e à permanência dos problemas referentes a questão da terra.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M. C. de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: UNESP, 1994.
- DUARTE, Renato (org) *O Nordeste Semi Árido na Visão de Dirceu Pessoa. \_Panorama Econômico, 1993 - 1994*. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1994.
- GRABOIS, J.; MARQUES, M. J. M; SILVA, J.. A organização do espaço no baixo vale do Taperoá: uma ocupação extensiva em mudança. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 53, n. 4, 1991.
- Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.
- KAUTZKY, Karl. *A questão agrária*. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- MÜLLER, Geraldo. *Ambivalências da modernização agrária*. Novos Estudos CEBRAP, I, p. 168-184, julho, 1988.
- NOGUEIRA, Marcos et al. *Redimensionamento da região Semi-Árida do Nordeste do Brasil*. Fortaleza: FUNCEME, 1991.
- SORJ, Bernado. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- WANDERLEY, M. de N. B. Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: conceito e realidade. *Ciência e Cultura*. n. 5, 1980.